

**GESTÃO DA POBREZA, (RE)PRODUÇÃO SOCIAL E A EDUCAÇÃO  
TECNOLÓGICA: ANÁLISE INTEGRATIVA E INSIGHTS SOBRE  
DESIGUALDADES SOCIAIS**

**POVERTY MANAGEMENT, SOCIAL (RE)PRODUCTION AND  
TECHNOLOGICAL EDUCATION: INTEGRATIVE ANALYSIS AND  
INSIGHTS ON SOCIAL INEQUALITIES**

**GESTIÓN DE LA POBREZA, (RE)PRODUCCIÓN SOCIAL Y EDUCACIÓN  
TECNOLÓGICA: ANÁLISIS INTEGRADOR Y PERCEPCIONES SOBRE  
LAS DESIGUALDADES SOCIALES**

Romildo Alves Epaminondas<sup>1</sup>  
Rafael Fernandes de Mesquita<sup>2</sup>

**RESUMO**

Este artigo é o desdobramento de uma revisão bibliográfica do tipo integrativa da literatura, cujo principal objetivo é analisar o impacto da educação como instrumento de mobilidade social, levando em conta as concepções de pobreza e desigualdade social, bem como as políticas desenvolvidas com o escopo de garantir e aperfeiçoar a educação, a exemplo da Educação Profissional e Tecnológica. A busca aos estudos sobre o tema resultou na amostra final composta de cinco artigos, obtidos por meio da plataforma SciELO, embora também tenha havido tentativas infrutíferas à base de dados Spell. Os resultados demonstraram que a relação entre a educação, pobreza e desigualdades está pautada em um debate reflexivo e crítico, no sentido de que a educação pode ser sim um elemento decisivo na superação das mazelas sociais, desde que deixe de ser um espaço de privilégios para poucos, e caminhe cada vez mais da direção do seu caráter universal. Embora o trabalho tenha encontrado resultados importantes sobre a temática discutida, algumas lacunas foram observadas nas três principais dimensões ora tratadas neste estudo. Apontando para possibilidades de estudos voltados para os aspectos quantitativos sobre as implicações concretas da educação para superação da pobreza e da desigualdade social.

**Palavras-chave:** Educação. Pobreza. Desigualdade social.

**ABSTRACT**

This article is the unfolding of an integrative review, the main analyzed is the impact of education as instruments of social mobility, taking into account the concepts of accessibility of poverty and social diversity, as well as concepts of accessibility of poverty and social diversity,

---

<sup>1</sup> Mestrando no Programa de Pós-graduação em Gestão Pública pela Universidade Federal do Piauí, Especialista em docência do Ensino Superior e Inspeção Escolar pela Universidade Cândido Mendes, Licenciatura Plena em Letras/Inglês (UESPI), Bacharel em Direito (UESPI), Técnico em Assuntos Educacionais no Instituto Federal do Piauí. E-mail: [romildo@ifpi.edu.br](mailto:romildo@ifpi.edu.br)

<sup>2</sup> Doutor em Administração de Empresas pela Universidade Potiguar-UnP, com intercâmbio doutoral desenvolvido na University of British Columbia, Vancouver-Canadá, por meio do programa Emerging Leaders in the Americas Program (ELAP), Mestre (Unifor) e Bacharel (UFPI) em Administração de Empresas, MBA em Gestão de Recursos Humanos (UNINTER), Especialista em Docência do Ensino Superior (CEUT) e Tecnólogo em Gestão de Recursos Humanos (IFPI). Professor do Instituto Federal do Piauí - IFPI-Campus Piripiri. Docente colaborador do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí - UFPI. E-mail: [rafael.fernandes@ifpi.edu.br](mailto:rafael.fernandes@ifpi.edu.br)

as well as concepts of accessibility, poverty and literature as rules of understanding. education, such as Vocational and Technological Education. A theme also resulted in the study sample consisting of five, obtained through the SciELO platform, although there have been fruitless attempts to search for final Spell data. The results in education, since it can be the relationship between education, poverty and inequalities, are based on a reflective and critical debate, in the decisive sense, that allows it to be a space of privilege for the few, and walks more and more from the direction of its universal character. Although the work found important results on an exceptional study, some gaps were observed in the three main dimensions or addressed in this study.

**Keywords:** Education. Poverty. Social inequality.

## RESUMEN

Los títulos de los artículos deben estar escritos en letra Times New Roman, tamaño 14, mayúsculas, en negrita, centralizados y con interlineado simple, uno debajo de otro, en la parte superior de la página. A continuación, se deben incluir los tres resúmenes, seguidos de las palabras clave correspondientes. Así, los artículos deben presentar tres resúmenes, siendo obligatorios los resúmenes en portugués e inglés. El tercer resumen podrá presentarse en español, francés, alemán o italiano, a elección del autor. Los resúmenes deben estar escritos de acuerdo al siguiente formato: fuente Times New Roman, tamaño 11, interlineado simple y justificado. Los resúmenes deben tener entre 150 y 250 palabras como máximo. Los textos pueden presentar de 3 a 5 palabras clave, en orden de importancia, separadas por punto y coma, y finalizadas por un punto. Deben escribirse con iniciales en minúscula, a excepción de los nombres propios y los nombres científicos.

**Palabras clave:** conocimiento; interdisciplinariedad, filosofía; educación; Brasil.

## INTRODUÇÃO

Para Garcia e Hillesheim (2017), a desigualdade social tem como principal desdobramento a pobreza, esta, por sua vez, tem como característica a capacidade de reprodução de difícil quebra. Razão pela qual se exige do Estado cada vez mais atenção e ações concretas, mobilizando diferentes estratégias e recursos na tentativa de mitigar os efeitos das desigualdades sociais em seus diferentes substratos.

Todavía, desigualdade social, exclusão e pobreza são frequentemente tratados como acontecimentos sociais da mesma espécie (GARCIA; HILLESHEIM, 2017). O que leva a uma necessidade de compreender as diferenças conceituais de desigualdade, pobreza e exclusão, e assim ampliar o entendimento desses fenômenos no extrato social por eles atingidos.

Para Souza e Vieira (2022) a desigualdade social se refere à distribuição diferenciada das riquezas produzidas ou apropriadas por uma determinada sociedade, entre seus participantes. Ao passo que, a pobreza representa uma situação em que parte de uma determinada sociedade não dispõe de recursos suficientes para viver

dignamente, ou que não apresenta a mínima estrutura para suprir suas necessidades básicas.

Já o conceito de exclusão social, segundo Souza e Vieira (2022, p. 5), “está mais próximo e em oposição ao de coesão social, ou, como sinal de ruptura do vínculo social”. Ou seja, [...] “a exclusão social em si não existe, o que existem são pessoas vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes da lógica capitalista.”

A educação, ao longo do tempo, tem se mostrado como um dos caminhos viáveis àqueles que estão inseridos em um contexto de miséria e pobreza. Especificamente, a educação profissional tecnológica, na perspectiva das capacidades humanas, de Amartya Sen, apresentada por Flores - Crespo (2017), representa uma possibilidade para aquisição de conhecimentos, bem como de melhoria das condições pessoais de seus egressos em um contexto de marcadas desvantagens educacionais, sociais, econômicas e culturais. Razão pela qual a Constituição de 1988 inscreve a questão como sendo um dos elementos dos direitos sociais e deve ser garantida a todos.

Nesse contexto, ao longo das últimas duas décadas, a Educação Profissional e Tecnológica tem se mostrado com potencial de atender aos anseios de quem busca uma formação que amplie as possibilidades para além de uma formação geral ou propedêutica.

Consoante a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/96, Art. 39, a Educação Profissional é considerada como modalidade de ensino, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduzindo ao permanente desenvolvimento de aptidões pessoais, profissionais e para a vida produtiva no mercado de trabalho.

A natureza dessa modalidade de ensino permite a quem a acessa uma ampliação de possibilidades. Blaka, Vargas e Marchesan (2022), afirmam que Educação Profissional e Tecnológica (ETP) tem o condão de contribuir significativamente para o desenvolvimento cultural, social e econômico do País. Pontuam ainda que “essa modalidade de ensino tem adesão social e a possibilidade de atender os anseios e as expectativas dos interessados em obter uma formação plena e voltada à cidadania”.

Diante das proposições acima apresentadas, temos a seguinte indagação: qual o impacto da educação, na perspectiva da formação profissional e tecnológica, como ferramenta social de redução das desigualdades sociais e da pobreza material? Uma

questão um tanto quanto complexa, uma vez que há outras tantas aglutinadas nela. Pois, devemos pensar também: Poderia a educação, formal ou informal, erradicar a desigualdade? Seria o processo educativo apenas um passo para reduzi-la? Ou, talvez, o processo de ensino-aprendizagem poderia reforçar as desigualdades estruturais Flores-Crespo (2017)?

Essas indagações podem nos levar a compreender o papel da educação, bem como das políticas públicas nesse sentido, na travessia de uma situação de pobreza e desigualdade para um degrau mais elevado na grande e injusta pirâmide social.

Flores-Crespo (2017), por exemplo, analisou a relação entre a condição sociofamiliar dos estudantes e a igualdade de oportunidades educacionais ao mostrar que a taxa de acesso à universidade dos jovens, cujos pais era m pessoas sem escolarização, melhorou consideravelmente entre 1990 e 1996, na região da Galícia, na Espanha.

Uma evidência de que o acesso ao ensino formal é uma das portas de saída da condição de pobreza, ou pelo menos proporciona um incremento na caixa de ferramentas que podem ajudar um indivíduo a se libertar das amarras da miséria.

Em que pese haver um consenso de que a ampliação do acesso ao ensino é um fator de redução da desigualdade social, existem também contraexemplos de que a desigualdade educacional também contribui para a perpetuação da desigualdade social (ARROYO, 2018). Conclusões que orbitam fora de uma perspectiva funcionalista, já que consideram a existência de vários aspectos que ajudam a entender as estruturas sociais.

Souza e Vieira (2022) asseveram ainda que, há no contexto escolar e acadêmico, um debate permanente na relação da pobreza com a educação: ora se espera que a educação possa resolver o problema da desigualdade social e ora é considerada um *locus* de reprodução dessa desigualdade, precipuamente, quando se mostra a existência de um espaço mais favorável aos estudantes social e culturalmente privilegiados.

Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo de, por meio de uma revisão integrada da literatura, analisar o impacto da educação como instrumento de mobilidade social, levando em conta as concepções de pobreza e desigualdade social, bem como as políticas desenvolvidas com o escopo de garantir e aperfeiçoar a educação, a exemplo da Educação Profissional e Tecnológica.

A escolha da temática se justifica pela colaboração que as reflexões e resultados alcançados podem trazer aos estudos sobre desigualdade social, gestão da pobreza e educação, vez que, estes fenômenos sociais acompanham a sociedade desde o surgimento do modelo econômico capitalista. Modelo que até então não encontrou um substituto à altura, mas que também ainda não foi capaz de solucionar as implicações nefastas da sua lógica de funcionamento.

Como forma de melhor sistematizar as ideias, o trabalho está distribuído em seções, sendo que esta se apresenta como introdução. Aqui, faz-se as considerações iniciais acerca da educação, desigualdades sociais, pobreza e Educação Profissional Tecnológica. Mostrando algumas concepções teóricas iniciais sobre a temática que será analisada, assim como o objetivo e a justificativa da pesquisa.

Na segunda seção, é apresentado o procedimento metodológico norteador do trabalho para se alcançar os objetivos pretendidos, demonstrando-se os caminhos percorridos.

Como terceira seção, temos os resultados, que consistem nos estudos encontrados como amostra após busca nas bases de dados utilizadas.

A quarta seção apresenta as discussões, cuja pretensão é, à luz dos resultados alcançados na revisão integrativa, analisar as reflexões e resultados apontados pelos autores dos trabalhos selecionados. Esta seção foi organizada em duas subseções: Educação e desigualdade, caminhos que se cruzam e impactos perceptíveis da educação como ferramenta social contra a desigualdade.

Por fim, na quinta e última seção são feitas as considerações finais, em que se tenta apresentar uma síntese das reflexões desenvolvidas no estudo, assim como possíveis caminhos para novas abordagens da temática pesquisada.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Trata-se o presente trabalho de uma revisão bibliográfica da literatura, do tipo integrativa, respaldada nas orientações feitas por Botelho; Cunha e Macedo (2011). Esse método de pesquisa objetiva traçar uma análise sobre o conhecimento já construído em pesquisas anteriores sobre um determinado tema (BOTELHO; CUNHA e MACEDO, 2011). O termo “integrativa” tem origem na integração de opiniões, conceitos ou ideias

provenientes das pesquisas utilizadas no método (BOTELHO; CUNHA e MACEDO, 2011).

Como pergunta norteadora desta pesquisa, temos: qual a relação entre desigualdade social e educação e o impacto desta como ferramenta social de redução dessa desigualdade e pobreza material?

A estratégia de busca baseou-se na utilização de palavras-chave, em que se inseriu os termos “educação” *and* “desigualdade social”, “produção” *and* “reprodução”, com aplicação de filtros temporais para delimitar o período das publicações.

A base de dados utilizada para levantamento do material de pesquisa foram os portais SciELO e Spell, cujo acesso e download se deu no dia 24 de maio de 2022. A busca se constituiu em um levantamento bibliográfico da literatura sobre a temática, com uma delimitação temporal entre os anos de 2016 e 2022.

As amostras ao final alcançadas constituem-se de cinco artigos selecionados por meio de um critério de inclusão previamente determinado, em que se selecionou os estudos que mais se aproximavam ou coincidiam da questão inicial levantada. Todos os trabalhos selecionados foram encontrados na base de dados SciELO, pois as tentativas de buscas na base Spell não trouxeram resultados pertinentes aos termos pesquisados.

## **RESULTADOS**

Após buscas nas bases de dados Spell e SciELO, na data de 24 de maio de 2022, inicialmente foi alcançado um total de 35 artigos. Para a busca dos artigos, valeu-se dos seguintes descritores em Língua Portuguesa: “gestão da pobreza”, “pobreza e desigualdade” e “educação tecnológica e desigualdade”. Em uma segunda filtragem, por meio da leitura dos títulos, reduziu-se este número para 15 trabalhos, ante a relevância detectada. Ainda na mesma data, por meio da leitura dos resumos dos artigos selecionados anteriormente, foi possível reduzir a amostra para um total de cinco artigos.

Esse número pode ser considerado reduzido, porém, conforme apontado por Sousa, Silva e Carvalho (2010), a revisão do tipo integrativa é aquela que propicia atingir uma síntese do conhecimento, bem como a aplicabilidade de resultados de estudos significativos na prática. Assim, quando se aplicou os critérios de inclusão definidos para seleção dos artigos, quais sejam: artigos publicados nos últimos cinco

anos, que retratasse o mais integralmente possível a temática da pesquisa, e que fossem publicados e indexados aos bancos de dados selecionados para a busca, chegou-se ao número que se definiu como aporte teórico.

Assim, a amostra final da revisão se constituiu de cinco artigos científicos, sendo todos eles oriundos tão somente da base de dados SciELO, pois, a busca por meio da plataforma Speel não trouxe resultados satisfatórios para o tema pesquisado.

Com a seleção dos artigos pesquisados, procedeu-se com a sistematização da amostra através de uma planilha simples do word, cuja distribuição das informações está identificada com a procedência, título, periódico, tema e ano da publicação, conforme vemos no quadro abaixo:

Tabela 1.

Procedência	Título	Periódicos (vol., n, pag., ano) / Autores	Considerações / temáticas
SciELO	Ensino profissionalizante, agenda 2030 e desenvolvimento regional: uma análise do município de Canoinhas-sc.	Educação em Revista Belo Horizonte v.38 e35647 2022 Blaka, R. de F. C; Vargas, L.P. & Marchezan, J.	Mostra avanços do Ensino Profissional e Tecnológico no referido município; aponta a importância da qualificação profissional para os jovens e adultos como uma das possibilidades de inserção social por meio de novos postos de trabalho.
SciELO	Reafirmação das lutas pela Educação em uma sociedade desigual?	Educ. Soc., Campinas, v. 39, nº. 145, p.1098-1117, 2018. Arroyo, M. G.	Discute a relação entre desigualdade social e desigualdade educacional.

SciELO	Em busca de novas explicações sobre a relação entre educação e desigualdade: o caso da Universidade Tecnológica de Nezahualcóyotl*	Educar em Revista, n. 2, p. 149-186, set. 2017.  Flores-Crespo, P.	Explica a relação entre desigualdade e educação superior no México na perspectiva do enfoque das capacidades humanas, de Amartya Sen, a despeito dos paradigmas funcionalista, estruturalista e dialético.
SciELO	Pobreza e Resiliência nas Narrativas de Educandos da EJA em Situação de Rua	Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 47, e108942, 2022.  Souza, K. C. D & Vieira, M.C.	Relaciona os conceitos de pobreza e resiliência no estudo de educandos em situação de rua matriculados na Educação de Jovens e Adultos (EJA).
SciELO	Classes sociais, Cultura e educação	Novos estud. CEBRAP 35 (1) • Mar 2016.  Bertoncelo, E.	Discute a persistência das desigualdades de classe na educação e nas chances de mobilidade social.

Fonte: plataforma SciELO, 2022.

A revisão sistemática integrativa aplicada neste trabalho permitiu sintetizar que dos estudos acima selecionados, com delimitação temporal entre os anos de 2016 e 2022, tem como objetivo analisar os dados relacionados ao acesso à Educação Profissional e Tecnológica em determinado município e as possibilidades de inserção social por ela criadas (01 artigo) e em seguida, analisar e discutir a relação entre desigualdade social e educação (04 artigos).



Desse modo, prevaleceu como resultado predominante da pesquisa, os estudos que trazem à baila reflexões e análises sobre educação, desigualdade e pobreza (4 artigos) e um que aborda a análise dos dados de acesso à EPT, todavia com enfoque de alta relevância para a temática do trabalho, uma vez que trata essa modalidade de ensino como promissora na prestação de serviços educacionais pelo Estado.

## **DISCUSSÕES**

### **Educação e desigualdade: caminhos que se cruzam**

Apontar a educação como caminho para uma possível solução para o fenômeno da desigualdade social tem sido a proposta mais contumaz dos discursos praticados pelos diferentes atores sociais, a exemplo dos formuladores de políticas educacionais, políticos, educadores e pesquisadores do campo.

Todavia, algumas pesquisas não consideram isso uma conclusão tão lógica, quando se analisa os percursos e as relações sociais que implicam a compreensão do fenômeno, ao passo que não refuta totalmente a ideia, apenas apontam a complexidade e vieses que o constituem.

Pensando em uma educação para além de uma formação geral propedêutica, a Educação Profissional e Tecnológica, nas últimas décadas passou por um processo de ampliação de estrutura e de vagas por todo o país, e em primeira análise, tem se mostrado como um modelo promissor na oferta dos serviços educacionais.

Pois, o tipo de formação por ela ofertada tem como escopo garantir uma formação integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduzindo ao permanente desenvolvimento de aptidões pessoais, profissionais e para a vida produtiva no mercado de trabalho, conforme preceitua a LDB.

Todavia, a formação profissional deve estar imbuída epistemologicamente com reflexões, ações e preparação para a cidadania e o trabalho. E assim desenvolver a capacidade de fazer, ou de transformar o pensar e o saber em prática ou atividades profissionais que são realizadas cotidianamente no percurso da vida das pessoas que optam pelo Ensino Profissional e Tecnológico (BLAKA; VARGAS e MARCHEZAN, 2002).

A gestão da pobreza e da desigualdade social ainda carece de reflexões mais profundas pelos formuladores de políticas públicas, para alcançar uma efetividade maior nas políticas educacionais.

O pensamento educacional vem destacando a estreita relação entre desigualdades sociais e educacionais. Diante desse destaque, somos obrigados a perguntar-nos como tem sido pensada essa relação e que mudanças vêm acontecendo nas formas de pensá-la? (ARROYO, 2018).

Desse modo, “o direito à igualdade educacional e social pressupõe o direito à igualdade como humanos, pressupõe o reconhecimento de todos serem humanos”(ARROYO, 2018, p. 4). Ou seja, a falta de isonomia no acesso à educação e outros bens e serviços, é reflexo de um contexto em que determinados grupos humanos não seriam dignos de ocupar o mesmo espaço de outros grupos, que são tratados como humanos que merecem maiores privilégios.

Existe uma segregação que acompanha o mesmo sistema da desigualdade social, um modelo de educação baseado em castas, onde a classe considerada subalterna (os mais pobres), não tem acesso ao mesmo tipo de educação a qual a classe dominante tem, em um processo que se retroalimenta.

Para o mesmo autor, “o reconhecimento de uns grupos sociais como humanos e a segregação de outros grupos sociais como in-humanos está na raiz das desigualdades educacionais, sociais, cidadãs, raciais, étnicas em nossa história” (ARROYO, 2018 p. 5). O que se extrai daí, é que existe um processo de reprodução social das desigualdades, que poderia ser interrompido, caso os grupos segregados saíssem vitoriosos em sua luta contra a perversa classificação social, que os posicionam como inferiores, subalternos, sub-humanos, menos como seres iguais em direitos.

Flores-Crespo (2017), ao tentar compreender a relação entre educação e desigualdade, faz alguns paralelos entre os paradigmas funcionalista, estruturalista e o dialético. O paradigma funcionalista, apresenta uma perspectiva fundamentalmente reguladora e prática, em sua orientação básica, e está interessada em compreender a sociedade de maneira que produza conhecimento empírico útil (CALDAS; BERTERO, 2007). Na visão estruturalista, a realidade é concebida como uma coisa de existência autossuficiente, que independe de como as pessoas a percebem ou reafirmam em suas

atividades diárias (MUNK; SOUZA, 2010). Ao passo que na perspectiva dialética, o indivíduo é reconhecido como ser dotado de sentimentos, emoções e atitudes e que seu papel contribui para construção social de uma realidade em evolução constante (CAMPOS, 1997). Segundo Flores-Crespo (2017), “analisar a relação entre educação e desigualdade sob a visão funcional ou dialética cria uma controvérsia em que se dedica demasiada atenção à formação das estruturas sociais em detrimento de um aspecto complementar que se refere à agência ou intervenção dos seres humanos (*human agency*)”.

Ao passo que, ao se recorrer a perspectiva funcionalista e estruturalista na busca da compreensão entre educação e desigualdade corre-se o risco de se desconsiderar ou negligenciar como a ação dos indivíduos recria as estruturas sociais (FLORES-CRESPO, 2017).

Nesse sentido, vale destacar que o funcionalismo se orienta sob a ótica das ciências naturais para compreender os indivíduos e se apresenta como racionalista e pragmático, com foco na estrutura, baseado em uma ordem social regulada (MOZZATO e GRZYBOVSKI, 2013, p. 506, *apud* MOZZATO, GRZYBOVSKI e FRITZ FILHO, 2022).

Por isso, se agarra à visão de Amartya Sen (1999), ao enfatizar que “existe uma profunda complementaridade entre a agência individual e as condições sociais existentes”, por isso: “É importante reconhecer ao mesmo tempo o lugar fundamental que ocupa a liberdade individual e a força das influências sociais sobre o limite e o alcance desse tipo de liberdade” (SEN, 1999, p. 12, *apud* FLORES-CRESPO, p. 6, 2017).

Ou seja, por mais que a ação individual (*human agency*) seja necessária na direção de uma melhoria das condições de vida, o sucesso ou fracasso de cada um estará sempre limitada ou condicionada às oportunidades sociais, políticas e econômicas, que podem ou não estar acessíveis a cada indivíduo. Tais fatores precisam se complementar.

Na análise da relação entre educação e desigualdade, Flores-Crespos (2017), desenvolve seu trabalho de pesquisa, apoiando-se principalmente na perspectiva desenvolvida por Amartya Sen, qual seja, o enfoque das capacidades humanas (*Human Capabilities Approach*), para explicar a desigualdade e a pobreza no mundo.

Conforme destaca Flores-Crespo (2017), não há uma determinação natural aos seres humanos para que desempenhem um papel específico na sociedade, decorrente de uma herança social, econômica, cultural ou política. Por mais que as condições necessárias para uma possibilidade de mobilidade social não sejam colocadas à disposição de todos, alguns alcançam essa proeza por meio de sua ação individual, com ou sem essas condições.

O acesso à educação indica um passo importante na direção de saída da desigualdade social, mas também, não seria estranho que – se uma pessoa melhora seu nível educacional e, conseqüentemente, é mais frutífera na produção de bens – também tenha mais possibilidades “e liberdade” para dirigir sua vida: “É importante ver aos seres humanos de uma perspectiva mais ampla” (SEN, 1999, p. 294-296, *apud* FLORES-CRESPO, 2017).

Sobre desigualdade de classe e as chances de mobilidade social, Bertonecelo (2016), aponta que a origem social de um agente, continua sendo um fator importante de conformação das chances de alcançar uma posição de classe na vida adulta.

No entanto, quem se encontra em uma posição social de desvantagem na injusta pirâmide social, não restam muitas alternativas para se mover socialmente, se não tentar percorrer o caminho que a educação oferece, mesmo sem as mesmas condições oferecidas a que têm acesso os indivíduos das classes mais abastadas.

Bertonecelo (2016), aduz que entre jovens oriundos de frações intelectualizadas de classe média, os percursos escolares revelam estratégias em que pouco espaço se deixa ao acaso, desenrolando-se num horizonte temporal estendido que autoriza o pressentimento da chegada aos níveis mais altos da pirâmide escolar. Uma evidência de que origem social é fator determinante de ascensão ou manutenção na classe social.

Por outro lado, quando o indivíduo é oriundo das classes mais populares, as chances de galgar outro patamar são muito reduzidas.

A permanência no sistema escolar para além do obrigatório é uma tarefa cujo sucesso é improvável, diante das práticas de eliminação de graus e em todos os níveis de ensino a que estão submetidos, do precário planejamento familiar e do curto horizonte temporal que acompanham as frágeis condições de existência em que se encontram. (BERTONCELO, 2016).

Nesse sentido cabem as considerações de Arroyo (2018, p. 6), onde lembra que “a lenta e tensa articulação entre igualdade educacional e social em nossa história não será compreensível nem realizável sem um *estatuto de humanidade igualitário*, porque lutam os grupos segregados ainda como não humanos.”

### **Impactos perceptíveis da educação como ferramenta social contra a desigualdade**

Se a educação tem algum potencial de proporcionar uma possibilidade de mobilidade social a uma pessoa em situação de pobreza, quais os aspectos que se pode observar para verificar se alguém se movimentou na pirâmide social?

Do ponto de vista do senso comum, podemos imaginar o acesso a um emprego com salário alto e a conseqüente aquisição de bens materiais, como sendo uma boa demonstração de realização. Sobre isso, Flores-Crespo (2017), aborda o termo *realizações* para tentar determinar o quanto uma pessoa pode ter melhorado suas condições de vida em razão do acesso à educação, na perspectiva paradigmática do enfoque das capacidades humanas (*Human Capabilities Approach*), de Amartya Sen.

Se em termos práticos vemos no acesso a um trabalho formal, após aquisição de uma formação de nível médio ou superior por uma pessoa em situação de pobreza, logo estamos diante de uma situação de mobilidade social. No estudo sobre a relação entre educação e desigualdade: o caso da Universidade Tecnológica de Nezahualcóyotl, (FLORES-CRESPO, 2017), os resultados sobre empregabilidade dos egressos evidenciaram um impacto positivo proporcionado pela ampliação do acesso ao ensino, e em uma modalidade que aumenta o leque de possibilidade dos cursistas.

A pesquisa desenvolvida por Flores-Crespo (2017), demonstrou que de cada dez técnicos superiores, oito contavam com um emprego formal, enquanto dois ainda buscavam uma ocupação ou ainda seguiam estudando. E ainda detectou que no decorrer do tempo menos egressos enfrentam problemas para adquirir emprego.

Dado que denota que naquela região atendida por uma política educacional específica, os sujeitos estão mais propícios a ascenderem socialmente, e, portanto, deixarem de ocupar o terrível quadro da pobreza e desigualdade.

Em relação aos estudos sobre Educação Profissional e Tecnológica, agenda 2030 e desenvolvimento regional, desenvolvidos por Blaka, Vargas e Marchesan (2022), embora a pesquisa não tenha tratado de dados referentes a inserção de egressos no

mercado de trabalho, apresenta que houve um aumento de 17% nas matrículas para essa modalidade de ensino no Brasil, entre 2013 e 2019, segundo dados obtidos pelo INEP.

Ainda sobre possibilidades de ascensão pela educação, a Educação de Jovens e Adultos (EJA), é uma modalidade de ensino pensada e oferecida para pessoas de diferentes faixas etárias: jovens, adultos ou idosos, que por inúmeras questões de ordem familiar, social ou econômica não concluíram ou iniciaram o percurso escolar, em diferentes fases da vida.

Em um trabalho intitulado *Pobreza e Resiliência nas Narrativas de Educandos da EJA em Situação de Rua*, Souza e Vieira (2022), relacionam os conceitos de pobreza e resiliência no estudo de educandos em situação de rua matriculados na EJA.

“A despeito da interrupção nos percursos escolares, os estudantes da EJA são sujeitos de saberes, de leituras, de valores, de luta, de resistência e de sobrevivência” (SOUZA E VIEIRA, p. 2, 2022). Esta modalidade de ensino, é constituída, em grande parte, por jovens e adultos trabalhadores, pobres, negros, desempregados ou subempregados, que vivem à margem da sociedade. Oprimidos.

A principal constatação deste estudo consiste no reconhecimento de que há nesse público de educandos, o acúmulo de experiências, histórias de vida e narrativas que não devem ser desprezadas, ao contrário, devem servir de ferramentas pedagógicas para execução de um ensino humanista, baseado nas concepções Freirianas, que resgata essas vivências em forma de valor para a formação de cada um deles.

O trabalho das autoras aponta para a importância de se pensar na ampliação de pesquisas e políticas para pessoas em situação de rua na educação de jovens e adultos. Aludem que “as políticas educacionais não têm como desconsiderar essa realidade, e a EJA se configura como a modalidade que contempla o maior número de sujeitos que se encontram nessa situação” (SOUZA E VIEIRA, p. 16, 2022).

Não obstante, as fragilidades existentes, a Educação de Jovens e Adultos no Brasil, promove significativas mudanças nas vidas das pessoas que conseguem ser atendidas nessa modalidade. Nos estudos sobre resiliência acima observados, Souza e Vieira (2022, p. 17) pontuaram que [...] “as narrativas dos educandos dialogam com os dados do último Censo realizado no DF, reconhecendo, na palavra desses educandos, sujeitos de direito capazes de narrar, refletir e ressignificar a sua condição humana e social a partir de suas histórias de vida”.

As pessoas em situação de rua representam uma parte significativa do grupo que ocupa o espaço da pobreza na sociedade atual. Sabemos que esse nível ainda comporta diferentes substratos, como se pode constatar na situação de quem não detém ao menos um teto para se abrigar. Estes, fazem parte de um dos maiores flagelos da humanidade.

Assim, a Educação de Jovens e Adultos, ao longo dos anos, e em diferentes lugares do país, tem contribuído de forma efetiva na transformação de vidas. Os sujeitos que são acolhidos por esse tipo de política têm a chance de compartilhar suas vivências e reverter trajetórias, em sua maioria tortuosas, em seu próprio favor. Pois, um espaço onde essas experiências são valoradas contribuem para a devolução da dignidade humana desses seres tornados in-humanos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho em epígrafe, ao trazer diferentes reflexões acerca da relação que se estabelece entre a educação, a pobreza e a desigualdade, atingiu seu objetivo principal, já que, da revisão integrativa realizada, conseguiu-se extrair conceitos e perspectivas que contribuem para uma compreensão mais sistematizada sobre esse tema.

Conforme anotado de algumas ideias acima discutidas, é inegável que não haja uma relação direta entre educação e desigualdades sociais. Todavia, é uma relação que comporta diferentes interpretações, por isso, carece de análises mais aprofundadas, por se tratar de dilemas sociais que ainda não atraíram a devida atenção dos formuladores de políticas públicas e de outros atores sociais.

Nesse sentido, vale lembrar que, na luta pela igualdade, as ações individuais estão diretamente atreladas às condições sociais existentes, Sen (1999). Ou seja, por mais que alguém seja dotado de muita resiliência, sua ação individual só terá chances de êxito, se a ele forem dadas as condições necessárias para isso. Visão que não se encaixa nos paradigmas funcionalista e estruturalista, pois considera que deve haver uma complementaridade entre a ação individual e demais fatores sociais para a compreensão das desigualdades sociais.

Destacou-se também no presente trabalho, que “o direito à igualdade educacional e social pressupõe o direito à igualdade como humanos, pressupõe o reconhecimento de todos serem humanos” Arroyo (2018). Nesse sentido, não haveria

um abismo tão grande separando aqueles que têm acesso a diferentes oportunidades dos que não têm.

Outro ponto também discutido no estudo, está ligado ao fator origem social e educação como instrumento para a mobilidade social. Destaca-se que as desigualdades sociais implicam na desigualdade educacional, que resulta em uma desigualdade de oportunidades. E, portanto, não sendo possível criar condições de mobilidade social, sem que haja a eliminação da desigualdade educacional. Ou seja, para que se alcançasse o viés meritocrático apontado por algumas perspectivas funcionalistas dos anos de 1960-70, a correção das desigualdades precisa ser repensada radicalmente.

Com esse trabalho foi possível observar que, tanto em experiências nacionais quanto internacionais no campo das políticas públicas para a educação, que há nestas evidências de potencial para impactar positivamente a pobreza e as desigualdades sociais, embora não sejam ainda desenvolvidas na mesma dimensão que esses problemas se colocam perante o Estado e a sociedade.

Os resultados alcançados neste estudo, apesar de fornecerem importantes esclarecimentos e reflexões acerca dos fenômenos sociais investigados, apontam para a possibilidade um maior aprofundamento, notadamente no que diz respeito aos aspectos quantitativos sobre o tema. Ou seja, há lacunas em relação a demonstração de dados quantitativos sobre o impacto da educação enquanto ferramenta de mobilidade social.

## REFERÊNCIAS

- ARROYO, M. G. Reafirmação das lutas pela Educação em uma sociedade desigual? **Educ. Soc., Campinas**, v. 39, nº. 145, p.1098-1117, 2018.
- BERTONCELO, E. Classes sociais, Cultura e educação. **Novos estud. CEBRAP** 35 (1) • Mar 2016.
- BOTELHO, L. L. R., CUNHA, C. C. de A., & MACEDO, M. (2011). O Método Da Revisão Integrativa Nos Estudos Organizacionais. **Gestão E Sociedade**, 5(11), 121–136. <https://doi.org/10.21171/ges.v5i11.1220>
- BLAKA, R. DE F. C.; VARGAS, L.P. & MARCHEZAN, J. Ensino profissionalizante, agenda 2030 e desenvolvimento regional: uma análise do município de Canoinhas-sc. **Educação em Revista, Belo Horizonte** |v.38, 2022.
- CALDAS, M. P.; BERTERO, C. O. **Teoria das Organizações - Introdução ao paradigma funcionalista** – Parte II (Cap. 4 Paradigma funcionalista: *desenvolvimento de teorias e institucionalismo nos anos 1980 e 1990*), 2007.



CALDAS, M. P.; BERTERO, C. O. **Teoria das Organizações - Parte IV** (Cap. 11 Organizações como sistemas interpretativos: em busca de um modelo), 2007.

CAMPOS, Anna Maria. Contribuição para o resgate da relevância do conhecimento para a administração. **Physis: revista de saúde coletiva**, v. 7, p. 105-127, 1997.

FLORES-CRESPO, P. Em busca de novas explicações sobre a relação entre educação e desigualdade: o caso da Universidade Tecnológica de Nezahualcóyotl. **Educar em Revista**, n. 2, set. 2017.

GARCIA, A. V. & HILLESHEIM, J. Pobreza e desigualdades educacionais: uma análise com base nos Planos Nacionais de Educação e nos Planos Plurianuais Federais. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 2, p. 131-147, set. 2017.

MARSDEN, R.; TOWNLEY, B. **Introdução: A coruja de Minerva: reflexões sobre a teoria na prática**. In: CLEGG, S.R.; HARDY, C.; NORD, W.R. Handbook de Estudos Organizacionais. Volume 1. São Paulo: Atlas, 1998.

MOZZATO, A. R.; GRZYBOVSKI, D. & FRITZ, L. F. As relações intraorganizacionais na perspectiva da estratégia como prática social. **Cad. EBAPE.BR**, v. 20, nº 2, Rio de Janeiro, Mar./abr. 2022.

MUNCK, Luciano; DE SOUZA, Rafael Borim. Estudos organizacionais: uma relação entre paradigmas, metanarrativas, pontos de interseção e segmentações teóricas. **Revista Pretexto**, 2010.

SOUZA, M. T., SILVA, M. D., e CARVALHO, R. (2010). Revisão integrativa: o que é? Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1679-45082010RW1134>

SOUZA, K. C. D & Vieira, M.C. Pobreza e Resiliência nas Narrativas de Educandos da EJA em Situação de Rua. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 47, e108942, 2022.

THIRY-CHERQUES, H. R. Métodos estruturalistas: pesquisa em ciência de gestão. São Paulo: **Atlas**, 2008. (Parte VI - A crítica, a defesa e os riscos do estruturalismo, p. 96-105)

*Submetido em: 14/02/2023*

*Aceito em: 15/03/2023*